

Rádio-Poste no Recôncavo da Bahia: o Papel Comunitário do Serviço em Linha Modulada¹

Rachel Severo Alves NEUBERGER²
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, BA

RESUMO

Este artigo reflete sobre o papel do serviço em linha modulada, popularmente conhecido como rádio-poste. Legalmente, este tipo de emissora não é considerada rádio, uma vez que não utiliza ondas eletromagnéticas, mas cumpre um papel social equivalente ao veículo tradicional e é considerado comunitário pelo papel que exerce no campo, nos centros comerciais das pequenas e médias cidades e até nos bairros de grandes cidades. Assim, realiza-se aqui um levantamento crítico a respeito da responsabilidade que este veículo de comunicação assume, mais especificamente no Recôncavo da Bahia, onde desenvolve-se uma linha de pesquisa sobre o rádio, vinculado ao Grupo de Estudos da Mídia, na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação; Rádio; Rádio-poste; Linha Modulada; e Recôncavo da Bahia.

INTRODUÇÃO

O rádio completa 90 anos em 2012, quando também se comemoram os 190 anos de Independência do Brasil. O veículo teve início de forma elitizada, mas com um papel educativo digno de um meio de comunicação tão importante para o desenvolvimento de um país pleno e democrático. Com o potencial político descoberto e a publicidade impulsionando os investimentos, o rádio tornou-se, na década de 1940, o mais versátil e popular meio de comunicação. No entanto, a entrada de outro veículo eletrônico no país – a televisão - na década seguinte fez com que o rádio perdesse seus artistas e, assim, muito do investimento que o tornava insuperável. Em decadência, o rádio buscou outras formas de superar as dificuldades com a miniaturização dos equipamentos receptores - com a tecnologia do transistor - investiu na frequência modulada (FM), passou a atuar em rede por meio de satélites, segmentou sua programação com base no público-alvo, o que deu oportunidade para o rádio *all news* do final do século XX e logo depois, mais especificamente no início deste século, o rádio deu outro salto ao entrar para a era digital,

¹ Trabalho apresentado ao DT 4 – Comunicação Audiovisual no GP – Rádio e Mídia Sonora no XII Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Docente do Curso de Comunicação Social / Jornalismo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), email: severo.rachel@gmail.com

mais diretamente no que diz respeito à Internet e seu potencial colaborativo da geração web 2.0.

Esta pequena introdução sobre o rádio faz-se necessária como forma de homenagear o veículo neste ano de comemoração e também busca dar início à discussão sobre onde se encontra o rádio-poste nesta história, já que este tipo de serviço de linha modulada não é considerado rádio sob a perspectiva de regulação governamental, uma vez que não se utiliza de frequências sonoras, mas, no entanto, ocupa popularmente um espaço físico e simbólico destinado ao rádio pelas cidades Brasil afora.

Inclusive, vale destacar, a fim de bem justificar este espaço crítico, que tal tipo de rádio não está presente apenas nas pequenas e médias cidades, mas ocupa espaço privilegiado nos bairros de grandes centros; é o caso de Salvador, capital da Bahia, onde são encontradas cerca de 120 destas emissoras.

CORRELAÇÕES DE RÁDIO E RÁDIO-POSTE

Decerto há algumas descrições sobre o que é rádio, pois suas possibilidades de definição são plurais, ou seja, pode-se pensá-lo em termos de aparelho receptor, equipamentos de transmissão, como emissora e até mesmo como música ou seus profissionais. Mas não se pode confundir meios com finalidades; *tout court*, o rádio é a somatória destes elementos, mas principalmente é um veículo de comunicação eletrônico que usa o áudio como único sentido para transmitir informações das mais variadas – jornalísticas, artísticas, culturais, políticas – e, principalmente, interagir com a comunidade onde está inserido, proporcionando um espaço democrático e autêntico de colaboração pelo bem comum.

Para Balsebre (2005, p.327), o rádio é:

(..) um meio de comunicação, difusão e expressão que tem duas metas importantes: a reconstituição e a recriação do mundo real e a criação de um mundo imaginário e fantástico, ‘produtor de sonhos para espectadores, perfeitamente despertos’. É um veículo capaz de criar uma nova poesia: a poesia do espaço.

No seu aspecto menos poético, mas legal, o rádio está inteiramente ligado ao serviço de radiodifusão, que é a transmissão de ondas de radiofrequência moduladas propagadas eletromagneticamente através do espaço. Para o Ministério das Comunicações, serviços de radiodifusão correspondem àqueles que são estabelecidos por lei própria (Lei 4.117/62 – que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações – CBT) e que “promovem a

transmissão de sons (radiodifusão sonora) e de sons e imagens (televisão), a serem direta e livremente recebidas pelo público em geral, o que é modernamente denominado comunicação eletrônica” (NEUBERGER, 2012, p.16).

Tendo-se em vista que o rádio usa frequência sonora e que o rádio-poste usa fios e alto-falantes, sob a perspectiva governamental, este tipo de serviço de linha modulada não poderia ser caracterizado como rádio, sendo, inclusive, regulado de forma independente em cada município que conta com este tipo de emissora.

No entanto, faz-se necessário discutir o papel do rádio-poste como rádio propriamente dito, sendo, por vezes, e na maioria delas, considerado rádio comunitário³ pela população que interage com este tipo de veículo nos centros comerciais das pequenas e médias cidades e nos bairros das metrópoles. Afinal, o termo comunitário não é exclusividade de rádios legalmente consideradas comunitárias, mas vai além ao trazer o termo de acordo com o caráter da emissora, ou seja, é comunitária no sentido de que é feita pela e para as pessoas de uma determinada localidade, que, engajadas, criam seus próprios meios de informação e entretenimento.

Em cidades do interior, em zonas rurais ou nas periferias das grandes cidades funcionam estas 'emissoras' que propagam notícias, música e publicidade por meio de fios e cabos ligados a alto-falantes ou cornetas espalhadas pelas ruas, principalmente nas praças e feiras. Muitos desses sistemas de som se auto-intitulam 'rádios comunitárias'. Essa forma de fazer rádio não é nova. Muitas experiências surgiram na segunda metade do século passado. Na região da Bahia, tem-se notícia de que uma das primeiras emissoras que surgiram em Itabuna funcionava com caixas de som espalhadas pelas ruas da cidade. (CAVALCANTE & MEDEIROS, 2009, p.6).

Esta relação do rádio-poste com a rádio comunitária é muito bem trabalhada por Cicilia Peruzzo. Para a autora, rádios de alto-falante, também conhecidas como rádio-poste ou rádio-corneta, “são pequenos sistemas sonoros de 'rádio popular' (rádio do povo) que transmitem suas mensagens através de bocas de alto-falantes ou de caixas reprodutoras/amplificadoras de sons” (PERUZZO, 2010, p.2).

Trata-se de um tipo especial de “rádio” desenvolvido por movimentos sociais e associações comunitárias, além de igrejas, especialmente a Católica, e até mesmo isoladamente por comunicadores populares ativistas, com finalidades informativa, mobilizadora e educativa para fazer frente ao impedimento legal de uso do espectro radiofônico oficial por parte do cidadão e das comunidades. Em outras palavras, não havendo possibilidade de partilhar o espectro

³ Rádio comunitária é um tipo de emissora considerada legal pelo governo desde 1998, por meio da Lei 9.612, que instituiu o Serviço de Radiodifusão Comunitária (RadCom), regulamentada pelo Decreto 2.615/98.

eletromagnético em FM (frequência modulada) ou em AM (amplitude modulada), em diferentes momentos da conjuntura política brasileira, mas que, via de regra, se caracteriza por violenta repressão a quem ouse ferir as leis de telerádiodifusão, são criados canais de comunicação alternativos. A rádio comunitária é um desses canais. Ela surge num primeiro momento como “rádio popular” (ou comunitária) por meio de alto-falantes, que por sua vez foram precedidos dos megafones (bocas sonoras portáteis para amplificação da voz), depois como rádio livre comunitária em FM (que já podia ser captada no dial), e em seguida a rádio comunitária em FM, propriamente dita, na forma como é institucionalizada a partir de 19 de fevereiro de 1998. Ultimamente agregam-se a rádio virtual e a webrádio. (PERUZZO, 2010, p.2-3).

Ainda segundo Peruzzo (2010), há registro deste tipo de sistema de comunicação ainda nos anos de 1950, mas o apogeu aconteceu na década de 1980. O rádio-poste nasceu, justamente, com o propósito de facilitar um processo de comunicação comunitária, já que as concessões do governo eram e ainda são onerosas e de despacho moroso. Até que se adotasse este sistema como alternativa, a única forma de usar o rádio sem outorga era por meio de rádios livres, denominadas piratas pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e passíveis de processos criminais, uma vez que utilizam frequências sonoras sem qualquer controle governamental.

Segundo Costa & França (s.d., p.8-9), as rádios-poste surgiram em locais com problemas de infra-estrutura, educação e organização comunitária. Por meios destes canais, a população com alto índice de analfabetismo desenvolveu recursos tecnológicos que utilizavam a oralidade como base e, assim, facilitavam a participação de todos.

Os primeiros alto-falantes surgiram em meados da década de 1920, como equipamento capaz de ampliar o som produzido pelos fonógrafos primitivos. Para Uribe (*apud* COSTA & FRANÇA, s.d., p.6), além dos sistemas de alto-falantes fixos, há equipamentos “móveis instalados em carros; se encontram casos nos quais o sistema é carregado em bicicletas, carrinhos rodantes e, inclusive em veículo de tração animal (cavalos, burros)”, mas, neste estudo, focaremos nas rádios-poste tradicionais, ou seja, aquelas que funcionam com caixas de som nos postes das cidades.

O sistema de alto-falantes está entre um dos principais instrumentos da comunicação popular. Referimo-nos aqui especificamente aos alto-falantes fixos, sejam cornetas ou mesmo caixas acústicas, que localizados em pontos estratégicos, têm se tornado cada vez mais presentes no cotidiano da população na medida em que alcança determinada localidade. (COSTA & FRANÇA, s.d., p.7)

Costa & França (s.d., p.6-7) ainda citam Uribe ao detalhar algumas modalidades de rádio-poste de uso mais comuns, que são: comercial, quando o dono do equipamento recebe pela transmissão de informações ou anúncios; político, cuja existência é comum em períodos eleitorais; religioso, “neste quesito os alto-falantes tornaram-se conhecidos como 'difusoras' da 'palavra de Deus’”; outros usos, quando é usado para projetos de cultura, saúde, comunicação, educação e organização comunitária e desenvolvimento local, principalmente em países pobres; e uso como rádio popular, também chamado de “emissoras barriais, rádios de vizindários, ou rádios sem antena”.

Cogo (*apud* PERUZZO, 2010, p.6-7) afirma que as rádios-poste são um dos tipos de experiências que mais se desenvolve, no campo de rádio comunitário, “por conta de seu baixo custo e também por fugir às restrições impostas pela legislação de radiodifusão, uma vez que não é explicitamente uma emissora de rádio.”

Mas qual seria a ligação direta das rádios-poste e das rádios comunitárias? Pode-se verificar esta relação com base no compromisso social que assume e na forma como a população vê este serviço. Tem-se que o Serviço de Radiodifusão Comunitária, oficialmente, tem os seguintes compromissos com a comunidade, tendo como base o Art. 3º da Lei 9.612:

I - dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade; II - oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social; III - prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário; IV - contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente; e V - permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

Ademais, o Art. 4º da mesma Lei determina que as emissoras comunitárias devem ter uma programação que dê “preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade”, sempre respeitando valores éticos e sociais da pessoa e da família, sem qualquer tipo de discriminação, seja por “raça, religião, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias”, sendo “vedado o proselitismo de qualquer natureza”.

No que diz respeito aos serviços de linha modulada, cada município tem a responsabilidade de criar suas próprias regras, mas nem sempre esta regulação está devidamente definida. Utiliza-se, aqui, o exemplo da Lei municipal 1.116 de 25 de

novembro de 2010 da cidade Colinas do Tocantins, TO, que dispõe sobre a exploração do Serviço de Rádios Alternativas de Linhas Moduladas (RALM), transmitidas via equipamentos sonoros, a fim de discutir estas similaridades. De acordo com o Art. 3º da presente Lei, o serviço:

(...) tem por objeto a difusão sonora, com fins culturais, educacionais, de desenvolvimento do cooperativismo, do desenvolvimento local, regional e agrário, integrado e sustentável, do respeito ao meio-ambiente, de fins filantrópicos, assistenciais e de prestação de serviço de utilidade pública, com vistas a: a) Divulgar notícias e ideias, promover o debate de opiniões, ampliarem informações culturais, de modo a manter a população bem informada; b) Integrar a comunidade por meio do desenvolvimento do espírito de solidariedade e responsabilidade comunitária, do incentivo à participação em ações de utilidade pública e de assistência social; c) contribuir para o aperfeiçoamento profissional dos jornalistas e radialistas e com o surgimento de novos valores nestes campos profissionais.

Pelo que se pode notar, a Lei municipal traz similaridades com a Lei federal de Radiodifusão Comunitária. Os principais pontos em comum dizem respeito à difusão de informações com fins culturais, artísticos, educacionais, com vistas a promover um ambiente plural e o desenvolvimento social. Tais elementos, ainda que não reflitam, em definitivo, a prática diária em emissoras tradicionais e nas rádios-poste, já que há, em muitos casos, uma certa inobservância às determinações legais em detrimento do lucro, legalmente, ambas teriam as mesmas responsabilidades sociais e éticas no que diz respeito às suas atividades de comunicação.

De toda sorte, nem todos os serviços de alto-falantes são regulados de forma a estabelecer tais diretrizes. Em alguns casos, a liberação pode levar em conta apenas aspectos ligados ao pagamento de impostos, limites de caixas de som espalhadas pela cidade, locais apropriados, horários de funcionamento e altura do som (decibéis).

Em Salvador, por exemplo, a responsabilidade pelo licenciamento, liberação do Termo de Viabilidade de Localização (TVL) e controle das rádios-poste fica a cargo do Controle e Ordenamento do Uso do Solo do Município (Sucom). A solicitação de TVL para a atividade de rádios comunitárias com sistema de Linha Modulada pode ocorrer em qualquer zona e em qualquer via, sob observação de que em zona residencial, em via local, é necessário atender a uma distância de 50 metros da via principal. Quando concedida a autorização para a atividade, conforme as normas da Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo (LOUOS, Lei 3377-84), o requerente deve procurar a Superintendência do Meio Ambiente (SMA), através da Gerência de Fiscalização Ambiental (Gefam), para

solicitar o alvará de utilização sonora, conforme os parâmetros da Lei 5354/98 (Lei de Combate à Poluição Sonora).

De acordo com NEUBERGER (2012), o deputado estadual Javier Alfaya (PC do B), em março de 2005, propôs um Projeto de Lei⁴ para a regulação das rádios-poste, que diz:

Com programação local que reflete os anseios da comunidade, as rádios alternativas são veículos de comunicação que aproximam os moradores das comunidades, sobretudo aquelas mais carentes, inclusive nos mais distantes lugarejos, vilas, distritos, fazendas de nosso estado. Estas centenas de rádios alternativas que operam no estado, efetivamente próximas de nossa população, acabam por levar a informação direta para o ouvinte, nos mais longínquos pontos do território de nosso estado. (...) Em verdade, não há uma legislação estadual que regule a matéria, sendo que nossa carta estadual através do art. 276 e 277 vem ao encontro do tema ora proposto, no sentido de assegurar a ampla manifestação de informação. (*in* NEUBERGER, 2012, p.119)

Pelo projeto, que dispõe sobre a exploração do Serviço de Rádios Alternativas de Linhas Moduladas na Bahia, a gestão do antigo serviço de alto-falante deverá ser exercida por uma empresa individual ou grupo societário, proprietária do veículo e com compromissos comunitários. Pelo Art. 3º, o serviço tem por objetivo a difusão sonora, com fins culturais, educacionais, de desenvolvimento do cooperativismo, do desenvolvimento local, regional e agrário, integrado e sustentável, do respeito ao meio-ambiente, de fins filantrópicos, assistenciais e de prestação de serviço de utilidade pública. Pelo Art. 11, as prestadoras de serviços poderão admitir patrocínio sob a forma de apoio cultural ou inserção publicitária para os programas transmitidos, priorizando os estabelecimentos situados na área da comunidade atendida.

A realidade atual de Salvador, que não deixa de ser a mesma de cidades do interior, é lembrada pelo presidente da Associação dos Profissionais de Comunicação (Apracom), Paulinho FP:

As chamadas rádios alternativas — também conhecidas como rádios comunitárias, embora esta não seja a denominação legal — que operam através do sistema de linha modulada, as LMs, levam à população de aproximadamente 100 bairros de Salvador, além de música, notícias e serviços de utilidade pública (como achados e perdidos), informações educativas nas áreas de meio ambiente, cidadania, saúde e cultura. A dificuldade dessas rádios, porém, está na receita. Sem apoio institucional e proibidas de atuarem com fins comerciais, acabam sobrevivendo, em muitos casos, pela paixão de seus donos. Ou em troca de favores políticos. (*in* NEUBERGER, 2012, p.117).

⁴ <http://radioposte-ondassonoras.blogspot.com.br/2009/09/apostila-com-projeto-de-lei.html>

Pelo que é possível verificar, em alguns casos, a correlação legal entre rádio-poste e rádio comunitária, dá ao serviço de linha modulada uma legitimidade em termos de rádio, mas, talvez, o que mais diretamente determina esta similaridade é a programação. Assim, pode-se dizer que o formato utilizado pelas rádios-poste é facilmente comparado ao das rádios convencionais, principalmente as comerciais, já que podem veicular propagandas e o rádio comunitário ou educativo não podem. Trata-se, portanto, de um serviço que somente se difere dos tradicionais por não utilizar ondas sonoras, mas cabos e caixas de som espalhadas por locais estratégicos da cidade. Este aspecto gera um reconhecimento público da rádio-poste como rádio e, mais especificamente, como rádio comunitária.

Salienta-se, que algumas rádios-poste também estão presentes no ambiente *www*, inserindo-se no mundo das mais novas tecnologias e proporcionando a ampliação, além do raio de ação, dos recursos multimidiáticos (texto, imagem e som). As rádios virtuais têm ocupado o espaço sem regulação usado até então pelas rádios-poste fisicamente, mas, apesar do alcance crescente deste tipo de emissora *online*, é certo que ainda não podem ser igualadas em termos do poder que o serviço de linha modulada pode representar em uma cidade; afinal, estão presentes em locais estratégicos e centrais nas médias e pequenas cidades, no campo e nos bairros de metrópoles. O serviço geralmente é oferecido durante todo o dia e mesmo que não se queira ouvir, não há forma de desligar como se faz com o rádio tradicional. Por não poder ser mudar de estação ou pelo fato de estar diretamente vinculado a uma realidade local, o rádio-poste possui um potencial de mobilização único.

Apesar do crescente número de webrádios ou rádios na web, tendo-se em vista que este último tipo de rádio está presente no ciberespaço e no mundo físico, enquanto as webrádios são “um novo formato de rádio, uma vez que não existem de forma física, apenas virtual” (NEUBERGER, 2012, p.125), o rádio tradicional ou na modalidade poste ainda representa um espaço mais dinâmico de relação direta com as comunidades onde estão inseridos.

Como se pode observar, as rádios comunitárias no Brasil possuem um histórico singular. Podem ser sistemas comunitários de alto-falantes, emissoras livres comunitárias em FM, emissoras comunitárias legalizadas em FM, rádios virtuais comunitárias organizadas só no ciberespaço, além daquelas que transmitem simultaneamente no dial e *online*. (PERUZZO, 2010, p.3).

Assim, para longe da regulação governamental, existem muitas formas de comunicação existentes e faz-se politicamente estratégica a quase invisibilidade pública

destes veículos, já que se tratam de espaços midiáticos com características comunitárias e nada mais poderoso do que os meios de comunicação nas mãos das pessoas. Tal força está nas suas características de simplicidade, baixo custo (se comparado com outros meios de comunicação), regionalismo e proximidade. Esta facilidade em todos os aspectos é que permite com que o rádio esteja sempre presente e atue como um verdadeiro “amigo”.

Para Costa & França (s.d., p.10), muitos defensores das novas tecnologias convergentes talvez não reconheçam a contribuição dos alto-falantes, “contudo, seria errôneo negar o papel relevante desses meios, tendo em vista o acesso facilitado das camadas menos favorecidas no processo comunicativo.”

Brechet (*in* MEDITSCH, 2005), nos primeiros anos do rádio, já dizia que o veículo deveria ser mais do que um meio de distribuição, ou seja, um verdadeiro aparelho de comunicação útil para a vida pública. Nesta lógica, ainda em seus primórdios, o rádio foi idealizado como um meio de comunicação que, de certa forma, apesar dos impasses tecnológicos, deveria não só emitir, mas receber, sinalizando uma dialogia contemporaneamente vivenciada virtualmente⁵ na web social. Este é, portanto, o papel do rádio: estar presente em todos os momentos, divulgando, mas também compartilhando as particularidades dos diferentes espaços sociais.

Esta também é a visão de Heródoto Barbeiro (2001):

A comunicação via rádio não pode mais ser entendida apenas como um som obtido a partir de um eletrodoméstico de formato quadrangular e provido de botões, sejam para girar ou apertar. O rádio deve ser entendido como uma comunicação auditiva, eletrônica e de longa distância. Agora, mais do que nunca, acrescido de interatividade. Não é mais possível conceber o rádio fora de interação constante entre o emissor e receptor da notícia, depois do desenvolvimento da internet e do trânsito do rádio nessa nova estrada que contém todos os veículos eletrônicos (BARBEIRO, 2001, p.137).

O RÁDIO NO RECÔNCAVO DA BAHIA

Pensando sobre o potencial das rádios-poste enquanto veículos de comunicação com características comunitárias, apesar de não se enquadrarem nas leis específicas de radiodifusão, torna-se necessário segmentar o estudo crítico em uma determinada região; no caso, o Recôncavo da Bahia, onde são desenvolvidas pesquisas de rádio, no Grupo de Estudos da Mídia⁶, sob a coordenação da professora de Jornalismo da Universidade Federal

⁵ Virtual no sentido de “vir a ser” e também no que se refere ao ciberespaço.

⁶ <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=I22A60900AHR2C>

do Recôncavo da Bahia (UFRB), Rachel Severo Alves Neuberger, que já geraram, entre outros estudos, produtos radiojornalísticos como o documentário “Nas Ondas do Rádio: A trajetória do rádio nas cidades de Cachoeira e São Félix”, produzido por Gislene Mariano e Jadson Ribeiro, o radiodocumentário “Reconstrução da Memória do Rádio em Cruz das Almas: Rede Líder de Publicidade – primeira rádio-poste da cidade”, de Eber Mota Leandro, ambos como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da UFRB, e está em curso no momento a pesquisa “O Rádio em Cachoeira: trajetória histórica de uma rádio-poste”, com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – Ensino Médio (PIBIC-EM). Tais pesquisas específicas sobre as cidades de Cachoeira, São Félix e Cruz das Almas surgiram da pesquisa maior, que está em desenvolvimento e que visa mapear o Recôncavo da Bahia em termos de emissoras de rádio, incluindo as rádios-poste.

De acordo com o Perfil do Território de Identidade Recôncavo, produzido pela Secretaria de Cultura do Governo da Bahia em Power Point, no que diz respeito às emissoras de rádio desta região, vale notar que só são levadas em consideração as rádios AM e FM e, certamente, aquelas devidamente licenciadas para exercer suas atividades legalmente. Neste sentido, estão excluídas as “livres” e também as rádios-poste desta localidade baiana. Assim, não haveria rádio em Cabaceiras do Paraguaçu, Conceição do Almeida, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Santo Amaro, São Félix, São Felipe, São Sebastião do Passé, Sapeaçu, Saubara, Varzedo, o que não representa a realidade nem mesmo em termos de rádios tradicionais e legalizadas, caso de, por exemplo, Santo Amaro e Muritiba, que contam com emissoras tradicionais e legais. Haveria, pela lista do governo, emissoras em AM em Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus, além de FMs em Cachoeira, Castro Alves, Cruz das Almas e São Francisco do Conde.

Para suprir esta deficiência de dados, está sendo desenvolvida a pesquisa sobre o rádio no Recôncavo da Bahia. A fim de situar o leitor nesta região, vale citar um texto do reitor da UFRB, Paulo Gabriel Soledade Nacif, “Esta terra chamada Recôncavo Baiano”, publicado no jornal A Tarde, de 18 de agosto de 2010, “o termo recôncavo, originalmente usado para designar o conjunto de terras em torno de qualquer baía, se associou, no Brasil, desde os primórdios da colonização, à região que forma um arco em torno da Baía de Todos”. Mas, como ele mesmo atenta, o Recôncavo da Bahia é muito mais que um território, é cultura afro-brasileira, é sincretismo religioso entre santos e orixás, é um povo

de grande bravura, que lutou pela independência do país e segue sua luta pela igualdade entre todos os seres humanos.

De uma forma mais ampla, de acordo com Perfilino (2009), o rádio na Bahia teve início quase que simultaneamente à própria instituição do veículo no Brasil, já que uma das primeiras rádios do país, mais especificamente a Rádio Sociedade da Bahia AM, data de 1924, sendo a terceira emissora implantada no Brasil.

No Recôncavo da Bahia, durante um longo período, quem tinha condições de comprar um aparelho receptor ouvia a Rádio Sociedade da Bahia e a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro.

(...) A Rádio Sociedade foi a primeira que eu lembro de ouvir (...) minha família era muito humilde, eu era “mulecote” quando tive esse contato com o rádio. Todo mundo, no horário do seu programa favorito, tinha que pregar os ouvidos no rádio e só saía no final. Mais tarde, aqui em Cachoeira, existiam os serviços de alto-falantes. Era mágico porque a população mais humilde, que era quem mais ouvia o serviço, participava diretamente da programação. Os programas eram interativos e as pessoas podiam mandar recados, mandar mensagens. E os locutores faziam muito sucesso. (Edson Salgado Almeida, 77 anos, aposentado, morador de Cachoeira, entrevistado em 2007 por Jadson Ribeiro).

Como se pode verificar por este testemunho, o rádio estava presente, ainda que advindo de terras distantes, mas a “mágica” estava mais associada ao fato de poder participar da realidade local com esta tecnologia de comunicação, ainda que com fios e alto-falantes. O importante era a proximidade, o que vem a ser uma das principais características do rádio ainda hoje.

De acordo com Mariano & Ribeiro (2010), o primeiro serviço de alto-falantes em Cachoeira foi implantado em 1940 e chamava-se ‘Vozes do Norte’. Pouco tempo depois, foi inaugurado o ‘Vozes de Cachoeira’ para fazer concorrência com o serviço já existente. Segundo os autores, entre as rádios-poste surgidas na época, a que mais teve destaque foi a DPR-1 Vozes da Primavera (Divisão de Publicidade e Radiodifusão Vozes da Primavera). Seu fundador foi o mecânico Elias Cardoso (falecido em 1998), que era um apaixonado por música. O estúdio funcionava na cidade de Cachoeira, porém as transmissões eram feitas também para São Félix, cidade vizinha. Lá se chamava DPR-2 Vozes da Primavera. A fiação passava toda pela ponte D. Pedro II, cartão postal da região e de grande significado histórico e, muitas vezes, a transmissão era feita em “cadeia”, ou seja, um radialista que

estivesse em São Félix falava ao vivo de lá e isso dava a impressão de ser realmente uma emissora de rádio.

Vozes da Primavera tinha uma programação diversificada para agradar a todos os seus ouvintes. O dono do serviço, Elias Cardoso, também criou um sistema de brincadeiras de auditório, ‘A Tarde é Nossa’, animado pelo ex-radialista Adilson Nascimento. Elias Cardoso criou também um programa de calouros feito nos bairros da cidade de Cachoeira. O programa era considerado um dos maiores sucessos da programação. Outro programa de destaque era ‘Alguém passou por aqui’, no qual os artistas vinham para a cidade de Cachoeira e cantavam ao vivo. (MARIANO & RIBEIRO, 2010).

Com esta informação já é possível notar que as rádios-poste da região seguiam modelos de programação das emissoras tradicionais, mas mantendo um caráter comunitário, de valorização e interação com a cultura local. Atualmente, Cachoeira conta com a rádio-poste Franco Publicidade, que está em estudo, mais detalhadamente, no momento, com bolsa de pesquisa pela modalidade PIBIC-EM.

A primeira emissora com transmissor só foi ao ar em Cachoeira no ano de 1998, 75 anos depois de implantada a primeira de rádio em Salvador, a 120 km de distância. A Rádio Magnificat FM é uma emissora comunitária vinculada à Igreja Católica. O prazo para a licença da rádio comunitária se esgotou no ano de 2000, mas ela continuou operando de forma ‘pirata’, até que houve uma denúncia anônima que provocou o fechamento da emissora. A rádio só voltou a funcionar após três anos, quando foi concedida a licença para o funcionamento definitivo, em 16 de abril de 2003.

Já a primeira rádio comercial de Cachoeira, a Paraguassú FM, foi fundada em 25 de maio de 2003 cobrindo 26 cidades, algumas do Recôncavo, outras na região metropolitana de Salvador e Feira de Santana. Ela divulga, além das notícias locais, notícias regionais, estaduais e nacionais.

Em Cruz das Almas, cidade que também se encontra no Recôncavo da Bahia e é sede da reitoria da UFRB, existem três emissoras de rádio em atividade: uma AM, a rádio Alvorada, com frequência 1460; uma rádio comunitária, a Santa Cruz FM, com frequência 89.7; e uma FM comercial, a rádio Liderança, com frequência 93.7. Para compor esse cenário radiofônico, existem, ainda, duas rádios poste: a Rede Líder de Publicidade; e a Voz do Planalto.

Segundo Leandro (2012), o rádio em Cruz das Almas teve início com a rádio-poste Rede Líder de Publicidade em 13 de fevereiro de 1976. Em seus 36 anos de existência, a Rede Líder, além de contribuir com seus serviços comunitários, serviu de escola para

diversos radialistas, projetando mais de 70 profissionais entre locutores, comentaristas, radialistas, técnicos e jornalistas.

O grande projeto era esse fazer um som de rua como se fosse uma rádio [...] Quando a gente inaugurou a Rede Líder o povo foi à loucura, por que, viu um sistema realmente de força e funcionando, o que se tornou hoje o Patrimônio Histórico e Cultural da cidade de Cruz das Almas.” (Silvestre Caldas, fundador da Rede Líder de Publicidade, entrevistado em 2011 por Eber Mota Leandro).

A emissora acumulou em 36 anos vários prêmios empresarias destacando-se sempre em primeiro lugar nas pesquisas de opinião pública realizadas na cidade. Pelo Decreto Municipal nº 782/2001, que proibia sons e ruídos de anúncios e propagandas de caráter comercial em largos públicos, produzidos por aparelhos de som, carro de som ou instrumento de qualquer natureza, a Rede Líder foi autuada pela promotoria de Justiça de Cruz das Almas por fazer de poluição sonora e, por determinação da justiça, teve as suas atividades interrompidas por 30 dias. Na ocasião, a vereadora da cidade de Cruz das Almas, Lenina Souto, criou o projeto de Lei nº 59/010 que outorgava à Rede Líder de Publicidade o título de Patrimônio Histórico e Cultural da cidade, derrubando qualquer Lei que pudesse interromper suas atividades.

Esta situação específica mostra que o rádio-poste pode representar um papel de utilidade pública e também manter um compromisso comunitário que o torna altamente necessário no que diz respeito aos serviços de comunicação social que presta. Ainda não se tem, necessariamente, um perfil completo do Recôncavo da Bahia neste sentido, mas as pesquisas desenvolvidas pelo Grupo de Estudos da Mídia, na linha de Rádio, têm gerado, além de um quadro inicial sobre o que é o rádio na região, alguns trabalhos de conclusão de curso com este suporte tecnológico e também, mais especificamente, sobre o rádio na região.

CONCLUSÃO

Uma rádio-poste pode ser, em alguns casos, considerada uma rádio comunitária, apesar de não ser legalmente vista desta forma, por ter um caráter público, comprometido com a melhoria das condições de vida da localidade onde está situada. Afinal, como bem lembra Peruzzo (2010), nem sempre uma rádio comunitária oficial pode ser considerada desta forma. Afinal:

Na prática, nem todas desempenham rigorosamente esse papel devido a uma série de circunstâncias. Há aquelas que, apesar de constituídas legalmente como comunitárias, tendem a reproduzir estilos de programação e tendências das rádios comerciais, tanto pelos conteúdos, como por exemplo o musical - que além de ocupar a maior parte da programação, se ancora no estilo da “música de mercado” -, como pelo alinhamento político a ocupantes de cargos no poder público (prefeito, governador etc.) ou a pessoas no exercício de funções legislativas (senador, deputado, vereador) ou candidatos a tais cargos, em contrapartida a apoio financeiro (dinheiro para custeio das operações) e político (ajuda para conseguir a autorização para funcionamento). Existem ainda as emissoras pertencentes a igrejas, principalmente evangélicas, que desfiguram o sentido comunitário por meio do proselitismo religioso que praticam. (PERUZZO, 2010, p.6).

De qualquer forma, independente da visão acadêmica ou governamental sobre a importância das rádios-poste, estas emissoras estão presentes na vida das pessoas do interior ou mesmo nos bairros de grandes cidades, falando a mesma língua da população, trazendo informações sobre a realidade local, tocando as músicas do gosto popular e, muitas vezes, de origem na própria comunidade; enfim, compondo um cenário simbólico capaz de manter e valorizar as múltiplas culturas existentes em cada pequena localidade e que nos torna especiais nas valorosas singularidades.

REFERÊNCIAS

ARATU ONLINE. **Sucom faz mutirão para regularizar rádios comunitárias de Salvador.** Disponível em: <http://aratuonline.net/noticia/34869,sucom-faz-mutirao-para-regularizar-radios-comunitarias-de-salvador.html>. Acesso em: jan 2012.

BALSEBRE, Armand. In MEDITSCH, Eduardo. **Teorias do Rádio: Textos e Contextos.** Florianópolis: Insular, 2005.

BARBEIRO, Heródoto e LIMA, Paulo Rodolfo de. **Manual de Radiojornalismo: Produção, Ética e Internet.** Rio de Janeiro: Campus, 2001.

CAVALCANTE, Anabel & MEDEIROS, Hélcio. **Sonorização e TV Maré Mansa uma frequência alternativa.** Artigo apresentado ao V Enecult – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, Salvador, 2009. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19280.pdf> Acesso em: jan. 2012.

COSTA, Maria & FRANÇA, Edson. **Alternatividade: das rádios piratas às livres e de alto-falantes.** (s.d.) Disponível em: <http://www.fiponline.com.br/eventos/vinheta/textos/alternatividade%20-%20ivanucia.pdf> Acesso em: dez 2011.

LEANDRO, Eber Mota. **Reconstrução da Memória do Rádio em Cruz das Almas**: Rede Líder de Publicidade – primeira rádio-poste da cidade. Trabalho de Conclusão de Curso de Comunicação Social / Jornalismo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Orientação: Rachel Severo Alves Neuberger. Radiodocumentário. 2012.

LEI MUNICIPAL 1.116 de 25 de novembro de 2010 da cidade Colinas do Tocantins, TO.
Disponível em: <http://colinas.to.gov.br/upload/arquivos/disposicoes-sobre-a-exploracao-do-servico-de-rádios-alternativas-de-linhas-moduladas--transmitidas-via-equipamentos-sonoros--no-municipio-de-colinas-do-tocantins349.pdf> Acesso em: jan 2012.

LEI FEDERAL 9.612 de 19 de fevereiro de 1998. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9612.htm Acesso em: fev 2011.

MARIANO, Gislene & RIBEIRO, Jadson. **Nas Ondas do Rádio**: A trajetória do rádio nas cidades de Cachoeira e São Félix. Trabalho de Conclusão de Curso de Comunicação Social / Jornalismo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Orientação: Rachel Severo Alves Neuberger. Radiodocumentário. 2012.

NACIF, Paulo Gabriel. **Esta terra chamada Recôncavo Baiano**. Salvador: Jornal A Tarde, 18 de agosto de 2010.

NEUBERGER, Rachel. **O rádio na era da convergência das mídias**. Cruz das Almas: EDUFRB, 2012.

Perfil do Território de Identidade – Recôncavo - Governo da Bahia – Secretaria de Cultura (Power Point)

PERFILINO NETO. **Memória do Rádio**. Salvador: dez 2009.

PERUZZO, Cicilia. **Rádios Comunitárias no Brasil: da desobediência civil e particularidades às propostas aprovadas na CONFECOM**. Artigo apresentado ao GT Economia Política e Políticas de Comunicação, Encontro Anual da Compós realizado na PUC-Rio de 8 a 11 de junho de 2010. Disponível em: http://compos.com.puc-rio.br/media/g6_cicilia_peruzzo.pdf Acesso em: nov. 2011.